Elisete Sousa dos Santos¹ Jeane Maria Gomere Gomes² Elda Maria Ferreira Bindela³

RESUMO

Este artigo aborda a temática "Os benefícios que a relação família-escola traz com uso das regras sociais para os alunos da etapa inicial da Educação Infantil. Trata-se de uma leitura e coleta bibliográfica de vários documentos como artigos científicos, livros, revistas de autores que já trataram da temática anteriormente. Objetivou-se, em sentido macro, descrever os benefícios da relação família escola traz com o uso das regras sociais para os alunos da etapa inicial da Educação Infantil. Especificamente o estudo buscou destacar os benefícios que a relação família escola traz com o uso das regras sociais pelos alunos da etapa inicial. Quanto aos aspectos metodológicos caracterizou-se como qualitativo, descritivo, para tanto realizouse uma revisão da literatura nacional nos bancos de dados: Google acadêmico sites, livros, artigos científicos, de autores que já trataram dessa temática publicadas nos últimos cinco anos. A relevância desse trabalho se dá pela ampliação dos conhecimentos do pesquisador, contemplando também três vertentes: Familiar, escolar e Social. Onde o ganho familiar se faz pela aplicação das regras na rotina do estudante, na escola pelo reforço das mesmas e na sociedade pela execução da cidadania, como um ser crítico e reflexivo. Resultados: foram analisados vários coletânea a respeito do tema em epígrafe através de uma leitura interpretativa e analise temática. Foram descritos melhorias nas relações família – escola com uso das regras sociais. Os dados da leitura e revisão bibliográfica apontam para o entendimento que os benefícios das a relação família escola são evidentes e favorecem a afetividade na relação com os professores e alunos; benefícios estes, que geram melhores condições no desempenho dos discentes, facilita o exercício da cidadania e torna-os resilientes, mais solidários e tolerantes com o seu próximo. Conclusão: A partir da análise conclui-se que são inúmeros os benefícios da relação família escola no uso das regras sociais para os alunos das etapas iniciais da Educação Infantil, permitindo assim resultados de internalização conceituais de ética, respeito solidariedade, bem como posturas atitudinais e procedimentais.

Palavras-Chave: Benefícios, relação, Família; Escola; Aluno.

¹Graduada em Serviço Social Universidade do Norte do Paraná; Psicopedagogia Clínica e Institucional Faculdade São Judas Tadeu Amarante-(PI); Mestra em Ciências da Educação- Universidade Tecnológica Intercontinental Assunção-PY. bethssantos@hotmail.com

²Graduada Licenciatura plena Normal Superior Universidade Estadual do Piauí-UESPI jeanegomere2@gmail.com

³Graduada Letras Literatura- Universidade Federal de Rondônia-UNIR; Especialista em Linguística Faculdade da Amazônia – FAMA; <u>eldabindela@hotmail.com</u>

INDRODUÇÂO

A relação família e escola é um processo que deve ser constante e progressivo, principalmente na educação infantil por se tratar de seres que ainda dependem do olhar de adultos responsáveis. Quando existe a prática dessa relação, o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, alvo desse processo de ensino, acontece de maneira mais eficaz, onde ambas as partes precisam estar cientes da importância da sua contribuição.

"A educação de crianças e jovens é tarefa de múltiplas instituições sociais, entre as quais cabe enorme destaque à escola e à família. A centralidade dessas duas instituições na tarefa educativa acaba por suscitar a questão sobre a relação que se estabelece entre elas, tendo em vista a educação" (VILLELA, 2017, p. 43).

Embora essas duas vertentes, família e escola, tenham o mesmo objetivo que é o desenvolvimento integral da criança, suas contribuições se dão de forma diferenciada, pois à família cabe trabalhar o desenvolvimento emocional, psicológico e moral da criança, enquanto que a escola tem o papel de oferecer a educação formal às mesmas. E quando escola e família se harmonizam em um trabalho onde as partes interessadas e envolvidas se completam pode proporcionar benefícios como o bom desenvolvimento e desempenho escolar e social da criança.

Por outro lado, essa prática ainda se faz necessária em muitas instituições de ensino onde a família ou se omite ou desconhece seu papel e a escola por vezes deixa de promover ações que busque envolver a família nas atividades escolares dos seus alunos deixando de alcançar, com sucesso, o objetivo que ambas almejam.

Desta forma, vale ressaltar que muitas são as possibilidades de análise ou reflexão que se descortinam quando se depara, quer empírica ou teoricamente, com a amarga sobreposição do professor na relação com os alunos que por sua vez não tem bons relacionamentos, sobretudo afetivo com suas famílias, especialmente em seus efeitos concretos: os confrontos velados, as ameaças de diferentes tipos, agressão, indisciplinas, baixa escolaridade, a indisciplina do dia a dia, a turbulência nas relações.

Atenta-se para este quadro que não é nenhuma novidade no cotidiano da população ou em suas vidas. Ou seja, não foi de um momento para o outro que essas relações de animosidades invadiram as escolas e em sua maioria são saldos remanescentes de maus relacionamentos no âmbito familiar.

Deste modo, o ambiente escolar recebe os reflexos destas relações sociais existentes na realidade da comunidade na qual está inserida.

Além disso, os profissionais que atuam na educação conhecem a força das relações família escola para o desempenho dos alunos na rotina escolar, na aprendizagem dos alunos etc., uma vez que a própria educação é essencialmente um fenômeno que requer práticas de bons relacionamentos pessoais e interpessoais.

Os professores são, em meio aos profissionais da educação, aqueles que lidam diretamente com as interferências dessas relações nos resultados de seu trabalho e, na maioria das vezes, lida sozinho com situações que, essencialmente, deveriam ser tratadas no coletivo e colaboração com as famílias.

Em algum momento percebe-se que a relação família e escola, na atualidade, ganhou uma dimensão significativa, porém se encontra comprometida, onde a escola acusa a família de omissão quando se trata do acompanhamento escolar do aluno, quando a família nem sempre tem o conhecimento adequado para tal atividade, como também a família julga ser a escola a responsável pela educação geral dos mesmos.

Certamente que tais atitudes refletem no fracasso escolar e consequentemente na vida pessoal e social dos alunos, produzindo dessa forma uma sociedade limitada intelectualmente, em vez de oportunizar o desenvolvimento integral do ser humano em todos os seus aspectos, formando cidadãos críticos e capazes de construir saberes e protagonizar sua própria história.

De fato, são necessários que as duas vertentes família e escola tenham posse do devido esclarecimento do seu importante papel na educação dos alunos, futuros cidadãos, proporcionando a ambas exercerem com maior aptidão a parte que lhe compete e ainda manter uma boa relação no decorrer das suas ações favorecendo a obtenção de exitosos benefícios frutos dessa parceria, onde todos sairão ganhando.

DESENVOLVIMENTO

Entende-se por relação família escola o vínculo de proximidade afetiva que se estabelece entre essas duas vertentes sociais, onde ambas se apoderam de um mesmo objetivo

que é o desenvolvimento integral da criança no social, psicológico, cognitivo e cultural, pois é essa ação conjunta e harmoniosa que transforma e produz benefícios.

Segundo DESSEN; POLONIA Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22)

A família tem o papel primordial de educador moral. A educação de uma criança é dever da família, esse processo ocorre no cotidiano da criança, onde lhe são oferecidos carinhos, atenção e dedicação para que possa suprir suas necessidades, por meio da convivência apoiados na cultura do seu grupo social. Ou seja, quando uma criança tem sua escolaridade bem acompanhada pela família com certeza esta criança encontrará motivações para desenvolver suas atividades pedagógicas com mais garra, com mais vontade, com mais êxito, pois se sentirá apoiada e perceberá a atenção e o carinho que lhe são oferecidos e isso pode melhorar sua autoestima, desenvolvendo-se intelectual, motor, afetivo, social e culturalmente.

De acordo com a Constituição Federal determina em seu artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Em seu artigo 208, inciso IV, diz que a educação infantil é um direito da criança e das famílias, sendo que o poder público tem o dever de garantir o atendimento em creches e pré-escolas, quando a família opta por compartilhar com o Estado o dever de educar seus filhos.

Desta forma, todas as crianças até 06 anos de idade independente da etnia, nacionalidade, sexo, deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social, têm direito a educação infantil.

A lei garante e o poder público disponibiliza as vagas para a comunidade ter acesso à educação, porém é necessária a busca pela comunidade pra que esse acesso se efetive. Sabese que, todas as pessoas merecem o respeito em suas escolhas de viver e se manifestar no mundo, contudo essas escolhas não tiram o direito que a criança tem de frequentar uma escola, pois as crianças precisam entender o mundo para depois poder atuar no mesmo de

forma competente e para isso ela precisa da escola visto que são entre a família e a escola que se geram pessoas bem preparadas para atuar de forma competente em seus contextos sociais.

A família e a escola devem ser parceiras na construção de cidadãos que a sociedade quer e precisa pra que se tenham seres humanos cada vez melhores em suas teorias e práticas.

Segundo estudos de Piaget a criança se desenvolve em várias etapas que denominou de estágios e no Estágio Simbólico ou pré-operatório, por exemplo, apresenta períodos e características peculiares.

Desta forma, o período Simbólico ou pré-operatório que vai dos 02 aos 07 anos aproximadamente é caracterizado principalmente pela representação simbólica, pela interiorização de esquemas de ação construídos no estágio anterior, onde se realiza a transição entre a inteligência propriamente sensório-motora e a inteligência representativa, que segundo Piaget se realiza através da imitação, ou seja, reproduzindo um modelo. Onde as transformações acontecem de forma lenta e sucessiva. A criança ao atingir o pensamento representativo necessita reconstruir o objeto, o tempo, o espaço, as categorias lógicas de classes e relações nesse novo plano da representação.

Nesse estágio a criança é egocêntrica, não conseguindo se colocar abstratamente no lugar do outro, exige uma explicação para tudo (fase dos porquês), não aceitando a ideia do acaso; tem capacidade de agir por assimilação, "como se"; possui percepção global sem discriminar detalhes; deixa se levar pela aparência sem relacionar a fatos.

A criança vê mundo a partir de sua perspectiva e não imagina que haja outros pontos de vista possíveis. Desconhecendo a orientação dos demais, a criança não sente necessidade de justificar seu raciocínio diante de outras pessoas nem de buscar possíveis contradições em sua lógica. Daí que uma das principais tarefas a serem cumpridas nesse estágio é a descentralização, o que significa sair da perspectiva do "eu" como único sistema de referência (Campaner Palangana, 2015).

Neste estágio a criança não mais depende unicamente de suas sensações e movimentos. Entre os 02 e 05 anos de vida aproximadamente ela dispõe de esquemas de ação representativos, onde se mostra capaz de distinguir um significante (imagem, palavra ou símbolo) do seu significado (o objeto ausente). Contudo, mesmo a criança dispondo de esquemas introjetados ela ainda não dispõe da reversibilidade no pensamento, fator indispensável para o desenvolvimento cognitivo. Pois ela ainda não consegue desfazer o seu raciocínio, como por exemplo, retornar do resultado para o ponto inicial.

A capacidade para manipular os símbolos verbais para objetos e ações – ainda que egocentricamente – acompanha a capacidade para manipular conceitos, e o estágio pré-operatório caracteriza-se por acréscimo no desenvolvimento conceitual. Todavia, a capacidade infantil para manipular conceitos ainda é bastante limitada durante este estágio. Por exemplo, durante esta fase as crianças exibem centração – uma tendência para focalizar somente um aspecto especialmente observável de um objeto ou uma situação complicada (Souza, 2014).

Entre os 05 e 07 anos, período normalmente chamado de "intuitivo", ocorre uma evolução que leva a criança, pouco a pouco, à maior generalidade. Aqui seu pensamento repousa sobre configurações representativas de conjunto com maior amplitude, mas ainda está dominado por essas representações.

A intuição, capacidade para pressupor coisas que não dependem de um conhecimento empírico, se articula como uma ação realizada em pensamento e visualizada mentalmente, como por exemplo: transvasar, encaixar, seriar, deslocar etc. ainda é esquema de ação ao qual a representação assimila o real. Mas a, intuição é, também, por outro lado, um pensamento imagístico, que versa sobre configurações de conjunto e não mais sobre simples coleções diferenciadas como no período anterior.

Muitas alterações do desenvolvimento ocorrem durante este estágio. A experimentação intencional e ativa das crianças com a linguagem e com objetos em seus ambientes culmina em grandes acréscimos, no desenvolvimento conceitual e linguístico. Segundo Piaget, o aparecimento do pensamento representativo, durante o estágio préoperatório, abre o caminho para o desenvolvimento seguinte que é o do pensamento lógico, durante o estágio de operações concretas como:

Estágio Operatório Concreto

Período das operações concretas (07 a 11/12 anos): neste período o egocentrismo intelectual e social que caracteriza a fase anterior cede lugar ao surgimento da capacidade da criança de estabelecer relações e coordenar pontos de vista diferentes e de integrá-los de modo lógico e coerente. Outro aspecto importante neste estágio se refere ao aparecimento da capacidade da criança de interiorizar as ações, ou seja, ela começa a fazer operações

mentalmente e não mais apenas através de ações físicas típicas da inteligência sensóriomotora (se lhe perguntarem, por exemplo, qual é o cubo maior, entre vários, ela será capaz de responder acertadamente comparando-os mediante a ação mental, ou seja, sem precisar medilos usando a ação física).

Neste estágio a já criança desenvolve noções de tempo, espaço, velocidade, ordem, casualidade, etc. se mostrando capaz de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade. Apesar de não mais se limitar a uma representação imediata, depende do mundo concreto para abstrair as informações devidas. Um importante conceito desta fase é o desenvolvimento da reversibilidade, ou seja, a capacidade da representação de uma ação no sentido inverso de uma anterior, anulando a transformação observada. Exemplos: Despeja-se a água de dois copos em outros, de formatos diferentes, para que a criança diga se as quantidades continuam iguais. A resposta é afirmativa uma vez que a criança já diferencia aspectos e é capaz de "refazer" a ação. Ela já tem posse da capacidade de manipular representações internas de objetos e de substâncias concretas, conservando, mentalmente, a noção de quantidade e concluindo que, apesar das aparências físicas diferentes, as quantidades são iguais. São vários os fatores que caracterizam esse estágio dentre eles destaca-se:

- Por volta dos sete anos, o equilíbrio entre a assimilação e a acomodação torna-se mais estável;
- Surge a capacidade de compreender o processo inverso ao observado, caracterizando a reversibilidade;
- A criança obtém a capacidade de fazer análises lógicas;
- Declina o egocentrismo, ou seja, dá-se um aumento da empatia com os sentimentos e as atitudes dos outros;
- No início deste estágio a criança já se mostra capaz de compreender a propriedade transitiva, desde que aplicada a objetos concretos que ela tenha visto;
- Começa sucessivamente a entender a conservação das quantidades, do peso, do volume, etc.
- Neste estágio, algumas de suas características começam a ser aprimoradas, como por exemplo: tem maior poder de concentração nas atividades, colaboram mais com os colegas, apresentam responsabilidade e respeito mútuo e aceitam participações em grupo com mais facilidade.

O estágio final do desenvolvimento cognitivo, segundo Piaget, envolve ultrapassar tais operações concretas e aplicar os mesmo princípios a conceitos abstratos, passando para o estágio operatório formal.

Diante da importância que tem cada etapa que compreende as fases do desenvolvimento infantil são viáveis que nas reuniões de pais e mestres sejam discutidos assuntos voltados para a importância dos pais acompanharem o desenvolvimento motor de sua criança e a ficarem atentos ao tempo estimado para cada fase, como também é importante discutir sobre o pertinente papel da família em se fazerem presentes quando o assunto for o acompanhamento escolar, ajudando a criança nas tarefas escolares e realizando atividades que contribuam para o desenvolvimento integral da mesma.

É importante que os pais e responsáveis observar se estas tarefas e atividades está acontecendo dentro do tempo estimado ou se existe algum retardo, pois quanto mais cedo buscar ajuda junto a um profissional de educação ou saúde, conforme for o caso da criança em questão, ou ainda alguém que detenha saberes necessários para o devido esclarecimento, melhor para se tomar as devidas providências quanto à prevenção ou tratamento. Lembrando que um bom acompanhamento facilitará e compreenderá no desenvolvimento perceptivo, motor, cognitivo, afetivo e social do ser.

REGRAS SOCIAIS

Entende-se por regras sociais as normas que correspondem às expectativas de uma determinada sociedade acerca do que é um comportamento adequado ou correto. A interação entre os indivíduos não se faz por acaso; é nas normas sociais que se encontra a base necessária à interação e à ação social humana geral.

Santo Tomás de Aquino (1225-1274), como Aristóteles, considerava o homem um ser naturalmente sociável: "O homem é, por natureza, animal social e político, vivendo em multidão, ainda mais que todos os outros animais, o que evidencia pela natural necessidade" (S.Th, I, 96,).

Em outras palavras, por ser um "Ser" que necessita viver em sociedade o homem precisa de regras para o bem viver, ou seja, a organização de um Estado que só se guie pela vontade geral, e não pelos interesses particulares. Em termos gerais pode-se definir sociedade como um grupo de pessoas que interagem entre si.

Deste conceito podem-se deduzir três características da sociedade: a multiplicidade de pessoas, a interação entre elas e a previsão de comportamento. Para a formação da sociedade não basta que existam várias pessoas reunidas, uma aglomeração de indivíduos, mas que elas interajam que desenvolvam ações conjuntas, que tenham reações aos comportamentos uns dos outros, que desenvolvam diálogos sociais. Ela se faz por um amplo relacionamento humano. Dessa interação é possível prever comportamentos, situações e condutas que poderão se manifestar no seio do grupo sejam elas lícitas ou ilícitas. (Sociedade, direito e controle social, 2010)

É natural que o homem vivendo em sociedade, dividindo o mesmo espaço geográfico, obtendo as mesmas necessidades e divergindo nas suas opiniões, seja passivo de alguns conflitos. Para tanto as pessoas tem necessidades de buscar segurança, justiça e realização do bem comum. Diante destes aspectos surge a necessidade de criar instrumentos que controle ou que regulamente a vida em sociedade, pois a necessidade de uma convivência ordenada impõe-se como condição para a subsistência da sociedade. Esses regulamentos devem começar em casa no seio da família, com regras básicas que ajudem no convívio familiar e progressivamente na sociedade.

É ao mesmo tempo necessário e importante que as famílias de modo geral tenham participação exitosa na educação das crianças, sem culpas nem honras, mas regadas com o compromisso de está acompanhando a formação da cidadania de um pequeno ser e que essa participação um dia terá seus reflexos na sociedade. Içami Tiba diz que: "O principal "veneno" da educação dos filhos é a culpa. Culpa de trabalhar fora, quando pensa que devia estar com os filhos. Culpa de estar com os filhos, quando acha que devia estar trabalhando".

Embora seja mais confortável para os filhos estarem próximos e sob o comando dos pais, regidos por sua proteção é mais viável que os pais compreendam que os filhos precisam se libertar da super proteção dos mesmos e aprender a técnica de conduzir seu eu, de voarem sozinhos, de conquistar sua independência e liberdade de ser você mesmo. Para tanto é necessário orientações devidas, construção de uma base sólida e oportunidade da aprender fazer fazendo. "Os filhos são como navios. A maior segurança para os navios é está no porto, mas eles foram construídos para singrar os mares" (Içami Tiba).

Regras pessoais.

Segundo Cunha (2000, p. 21) entende-se por regras pessoais todas as manifestações de comportamentos aprendidas no convívio de seu grupo. E partindo do princípio que o homem

viva em uma sociedade harmônica é que se pode vê a necessidade e a importância de trabalhar dentro da família as regras básicas de convívio pessoal, familiar e social. Educar em prol de um futuro melhor é a base para a formação de indivíduos melhores e, consequentemente, de uma sociedade mais harmoniosa e com respeito ao próximo. Içami Tiba afirma sabiamente que "Criar uma criança é fácil, basta satisfazer - lhe as vontades. Educar é trabalhoso".

Em casa os pais precisam ensinar seus filhos com responsabilidade e orientá-los de forma que eles consigam por si só, ter uma convivência afetiva e harmônica com as demais pessoas, tanto em casa quanto fora dela. É necessário que as crianças entendam desde cedo que têm direitos, mas também deveres a cumprir, como por exemplo: tirou algo do lugar, ponha de volta, sujou, limpe, derrubou, apanhe, não é seu entregue ao dono; É em casa que se precisa aprender a dizer com licença, obrigado, por favor, desculpe-me, bom dia, boa tarde, boa noite, esses são valores que devem fazer parte do cotidiano de todo ser humano.

Neste sentido quando a criança aprende desde cedo que é importante arrumar os brinquedos quando terminar de brincar ou pelo menos que não se deve deixá-los espalhados pela casa, já é um bom começo pra que essa criança absorva que é legal ter uma vida organizada, e atitude assim com certeza ajudará no desenvolvimento integral da mesma. Os pais precisam trazer pra si a responsabilidade de educar seus filhos e não deixar isso a critério de terceiros, e permitir que uma atividade de seu interesse tenha a interferência de quem não conhece a história, nem a bagagem cultural de sua família.

"Penso que não há nada mais sustentável que educação familiar, pois o que o filho aprende de verdade, ele leva dentro de si para onde for e lhe servirá para o resto de sua vida. Caso o filho ensine o que aprendeu, então o conhecimento, ou valor, vai ultrapassar o indivíduo e atingir o social" (Tiba, 2014)

Educar os filhos é uma tarefa que deve ser, no mínimo, prazerosa, pois se está formando cidadãos que um dia atuarão na sociedade mostrando sua bagagem cultural, seus princípios e valores, tendo a oportunidade de engrandecer suas raízes com atitudes benéficas à sua comunidade social, quiçá a sociedade como um todo.

Portanto se faz necessário a parceria entre família e escola onde a escola pode e deve conhecer a história do seu aluno e assim poder trabalhar valores importantes para a construção e abrangência do saber sem, contudo distorcer os princípios básicos da família.

2.3 Regras familiares.

A criança desde a sua concepção até a vida adulta absorve os ensinamentos do seu grupo social ela é exatamente o reflexo de sua cultura social, familiar e escolar. Assim diz a autora a seguir: "A criança aprende e vive o que o seu grupo vive e ensina", (PAROLIN, 2016, p.28).

"A família formada por pai, mãe e filhos ou seus equivalentes, é o agrupamento humano afetivo-social-econômico mais bem-sucedido e sustentável que já existiu em toda sociedade. Existe e provavelmente existirá enquanto houver seres humanos" (Tiba, 2014). Contudo a família pode ser em parte responsável por uma série de atropelos e desgraças pessoais, familiares, profissionais e sociais que se acompanha atualmente, pois nem sempre ela é exemplo de relacionamentos integrais, dentro de seus componentes, quando deveria ser.

A família desempenha um importante papel na formação do indivíduo, pois permite e possibilita a constituição de sua essencialidade. É na família que o homem concebe suas raízes e torna-se um ser capaz de elaboração de suas próprias competências.

Desde os primeiros instantes de nascido o homem recebe a influência e a afetividade da atmosfera familiar. Como efeito, a vida afetiva de uma pessoa tem uma longa trajetória pelo campo da educação nos convívios familiar e social. É sabido que a educação não formal constitui-se num dos pilares essenciais na construção do *eu*. O desenrolar desta implicará num desenvolvimento harmônico ou não do indivíduo. Segundo Kupfer (1989, p.46):

A educação da criança deve priorizar a dominação dos instintos, uma vez que existe a necessidade de inibir, proibir, reprimir. Obviamente a ausência de restrições e de orientações pode deseducar em vez de promover uma educação saudável. As angústias são inevitáveis, mas a repressão excessiva dos impulsos pode desencadear distúrbios neuróticos. O que se deve, portanto, encontrar um equilíbrio entre proibição e permissão – eis a questão fundamental da educação.

Portanto a educação do contexto familiar influencia no desenvolvimento da autoconfiança da criança, formando-a e constituindo-a, enquanto ser humano completo.

A questão do envolvimento da família na escola é tão importante que em 2011 o MEC promoveu o dia 24 de Abril como o dia Nacional da família na escola onde foi distribuído um

kit contendo folder, jornal mural e adesivo da campanha para 70 mil escolas públicas do ensino fundamental do País, cujo objetivo era conscientizar pais, educadores e toda a sociedade sobre a importância da união entre a escola e a família na formação dos alunos. Na época o então ministro da educação, Paulo Renato Souza, se deslocou para diversas cidades do país divulgando a data que seria comemorada em 24 de abril.

Hoje se constitui sumamente importante que os pais se preparem para exercer suas responsabilidades de pais, capacitando-se para educarem seus filhos por meio de conhecimentos educativos, ajudando seus filhos a serem sustentáveis e não serem simplesmente o sustentáculo da vida deles. Segundo Içami Tiba a família está perdendo sua sustentabilidade e os filhos não estão se formando como cidadãos sustentáveis. A título de informação a palavra "sustentabilidade é o conceito ligado a continuidade dos aspectos econômicos, sócio-culturais e ambientais adequados às sociedades de nosso planeta" (Tiba, 2014).

A sustentabilidade se constitui como um importante meio através do qual se pode organizar a atividade humana de forma que todos possam se sentir completos, potencializando uma vida plena no presente. E para que os filhos se sintam seres sustentáveis são necessários que os pais lhes oportunizem esse momento, como por exemplo: ao invés de fazer pelo filho alguma tarefa oferecer-lhe a oportunidade de aprender a fazer fazendo, de poder conhecer, compreender e crescer no seu potencial. Tiba diz: "Nenhum projeto é viável se não começa a construir-se desde já: o futuro será o que começamos a fazer dele no presente" (Tiba, 2014)

Toda família traz consigo toda uma trajetória de vida e história cultural que é passada de geração a geração. São ensinamentos que norteiam os princípios básicos de uma determinada família, comunidade ou sociedade.

A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, idéias e significados que estão presentes nas sociedades. Ela tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais.

Como primeira mediadora entre o homem e acultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas

condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família) (Dessen & Da costa Polonia, 2007)

Segundo Içami Tiba a educação conta com dois valores: tangíveis e intangíveis. Onde os valores tangíveis devem ser ensinados mais pedagogicamente aos alunos por seus educadores escolares e os valores intangíveis em casa pelos pais.

Valores Tangíveis e Intangíveis segundo Içami Tiba.

O que um aluno aprende de verdade na escola, transforma-se numa competência profissional do bem viver. Este é um aprendizado tangível, ou seja, pode ser medido, calculado, classificado, seriado. O que um filho aprende de verdade na família, transforma-se em valores que qualificam o bem viver. Este é um aprendizado intangível, ou seja, abstrato, mas que pode ser sentido no amor, na atenção, empatia, religião, etc.

Qualquer profissional que tenha muita competência escolar, mas sem os valores intangíveis pode se tornar uma máquina que poderá ser substituída por outra máquina ou equipamento. Enquanto que uma pessoa sem competência escolar, porém dotada de valores intangíveis, pode se tornar um guia e multiplicar seus valores. É lógico que, sem dúvida alguma, conseguirá ser bem mais sustentável se possuir também uma educação escolar suficiente para transmitir seus valores para além da sua presença física no tempo e no espaço.

É importante que pais e educadores em geral conheçam esses valores para ensiná-los e aplicá-los em todos os seus relacionamentos, sobretudo com filhos e alunos. Diante de tais aspectos se confirma a importância da parceria entre a família e a escola, onde uma vertente pode está acrescentando ou ampliando os saberes absorvidos pelo ser, advindos da outra vertente social.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (BRASIL, 1996), em seu artigo 12, "Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: [...] VI-articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; "VII - informar os pais e

responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica".

Quando se pensa em educação de qualidade nos dias de hoje, devem-se levar em consideração o quão é importante que as famílias estejam presentes na vida escolar dos alunos. Visto que a participação da comunidade na gestão da escola contribui para mobilizar forças relevantes para a superação de situações de que dificultam um ensino de qualidade e isso depende em parte de iniciativas de ambas as vertentes.

Sendo assim, pode-se entender que a escola tem a obrigação de interagir com dinamismo com as famílias e promover espaço para que a participação da comunidade seja efetiva e prazerosa.

É interessante observar que as famílias podem desenvolver práticas que venham facilitar a aprendizagem escolar (por exemplo: preparar sua criança para a alfabetização) e desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola de sua criança (por exemplo: hábitos de conversação). Dessa forma a família passa a participar da escola, com pequenas intervenções no processo educacional da criança gerando grandes mudanças no seu comportamento e aprendizado. Pois, a escola necessita, em seu espaço pedagógico, da presença dos pais, para que assim, possam identificar as principais dificuldades e desafios que a criança encontra dentro e fora da escola. Não é interessante que a família critique a escola, nem a responsabilize pelo fracasso escolar de seus filhos, mas sim, sugerira propostas para a escola no sentido de complementar o ensino de seus filhos, percebendo os problemas que sua criança venha encontrar nas disciplinas ou tarefas escolares e demonstrando interesse em ajudá-los.

Outro ponto crucial é que a família, entretanto tem a responsabilidade de ensinar através do exemplo, pois é natural que a criança aprenda por imitação (neurônios-espelho) imitando os pais, por exemplo. E se no dia a dia os cônjuges tratam-se respeitosamente, com carinho, sem gritaria a criança deverá imitar esse jeito ético dentro e fora de casa. E na escola não é diferente a criança, em suas brincadeiras, deixa transcender os muros da escola os tipos de educadores que possui através de suas atitudes e comportamentos ao imitá-los. Paulo Freire diz que a melhor maneira de educar é através do exemplo, pois o aluno fixa melhor o aprendizado e reproduz com facilidade.

Para melhor compreensão dos tipos de concepção de família existente na sociedade Brasileira e dessa forma na comunidade que abrange as famílias dos alunos do CMEI Emerson de Jesus Silva segue um pequeno parêntese dando ênfase a esse respeito.

A constituição federal brasileira de1988 traz em seu artigo 226, §3° para efeito da proteção do estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. §4° entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Já o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, decidiu por equiparar a união homoafetiva à união estável garantindo, assim, todos os direitos conferidos pela Constituição e demais leis pertinentes à união entre pessoas do mesmo sexo desde que, por óbvio, cumpram os requisitos estipulados por lei na União Estável. Portanto este trabalho engloba a familia em suas distintas formações, porém o que se pretende aqui está voltado para a relação família escola com foco no aluno, centro dessa relação, independente de que família este venha pertencer. Visto que o mesmo tem como objetivo principal descrever os benefícios da relação família escola sem necessariamente fazer inferência ao tipo de família.

Regras Escolares

Se na família é que se constituem as alegrias e os desejos do homem, é na escola que o indivíduo deve encontrar alicerce para sua formação elaborada.

A escola tem o papel de socializar o conhecimento e as relações. Ela precisa promover um espaço educativo propício aos riscos de acertar e errar, de levantar hipóteses, de discorrer o pensamento, enfim, um espaço de aprendizagem (Parolin, 2016). Torna-se, portanto de fundamental importância o grupo, as trocas de saberes, as diferenças. Diante disso é necessário e fácil saber que o grupo funcionará regido por normas e regras de funcionamento, em conformidade com o tom e temperatura das relações afetivas.

A escola surge, portanto, como uma instituição com significado fundamental para o indivíduo e sua constituição, como também para a evolução da sociedade e da humanidade. Ela funciona Como um micro sistema da sociedade, que não apenas reflete as transformações atuais, mas lida com as diferentes demandas do mundo globalizado. Uma de suas principais tarefas é preparar tanto os alunos como professores e pais para vivenciarem e superarem as

dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo dessa forma para o processo de desenvolvimento do indivíduo. Em conformidade com essa concepção, é de competência da escola propiciar recursos psicológicos para a evolução intelectual, social e cultural do homem. Ao tempo em que desenvolve, por meio de atividades sistemáticas, a articulação dos conhecimentos culturalmente organizados, ela possibilita a adequação da experiência acumulada e as formas de pensar, agir e interagir no mundo, derivadas dessas experiências. Concomitantemente, ela propicia o emprego da linguagem simbólica, a apreensão dos acadêmicos e compreensão dos mecanismos envolvidos no funcionamento mental, que são fundamentais ao processo da aprendizagem.

Visto que é na família que se constituem as alegrias e os desejos do homem é na escola que o indivíduo deve encontrar alicerce para sua formação elaborada. O desenvolvimento e o uso ativo de um contexto afetivo em sala de aula são fundamentais ao educando. A escola precisa ser um local de alegria e ampliação de vontades e desejos, principalmente do desejo de aprender, pois na escola a criança recebe formação cultural tornando-se membro da sociedade.

A instituição escolar deve caracterizar-se como o local de desenvolvimento do saber e não de execução de penalidades e castração de anseios. Família e escola devem aliar-se no objetivo de formar alunos capazes e "bem resolvidos" afetivamente, pois, são exatamente neste fator, que se inserem as disposições em aprender e conhecer mais e mais, construindo e firmando o conhecimento em apoios logicamente sólidos.

A escola se configura como uma instituição social com objetivos e metas que busca empregar e reelaborar os conhecimentos socialmente produzidos, com o propósito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de idéias, organização e seqüência de conhecimentos, dentre outras. Ela é um espaço dinâmico onde o indivíduo tende a funcionar de maneira preditiva, visto que, em sala de aula, há momentos e atividades que são planejados com objetivos programados, assim como há momentos mais informais que são estabelecidos na interação da pessoa com seu ambiente social. Por exemplo, na escola, o aluno se depara com regras de convívio como hora da tarefa, da história, da roda de conversa, do intervalo e do lanche, momentos em que os objetivos educacionais se dirigem à convivência em grupo e à inserção na coletividade.

A Educação Infantil, por exemplo, é um segmento escolar de grande importância para a construção de autonomia moral e da maturidade do aluno. Construção esta muitas vezes ligada ao tipo de ambiente que se oferece na escola: autoritário, coercitivo ou democrático. Algumas pessoas acreditam que um espaço reflexivo e democrático significa simplesmente poder fazer o que se deseja. No entanto a escola por não ser um espaço regido pelo autoritarismo docente, e sim por normas que conduzem para amadurecimento do ser, ainda que realizado pelas doces recompensas e punições, há de se levar em conta a perspectiva do outro, o contrato grupal, esforçando-se para estabelecer regras justas e precisas para aquela pequena comunidade.

É muito importante que se tenha em mente a imagem do ser que se quer formar: socialmente ativo, crítico, argumentativo, moral e intelectualmente autônomo ou, ao contrário, detentor de conhecimentos vazios, não articulados ao seu poder social. Para que se possa formar um ser crítico, reflexivo e consciente dos seus atos é necessário que se construa, na sua base, uma valiosa forma de promover a auto-regulação, como por exemplo, envolver os alunos no processo de tomada de decisões com relação às regras e procedimentos que regularão a vida dos mesmos dentro do espaço escolar. Desta forma abre-se um parêntese para que o aluno compreenda o motivo das inúmeras regras que se encontram em nossa sociedade e qual a importância das mesmas no convívio familiar, escolar e social, pois quando o aluno participa desde a tomada de decisões efetivamente ele estará mais bem capacitado para cumpri-las.

"O ambiente escolar é o local apropriado para a criança experimentar pela primeira vez como é viver em sociedade, espaço de convívio sem a presença dos pais ou responsáveis como as figuras que atendem e resolvem as suas vontades e dificuldades. É nesse período em que os pequenos aprendem a lidar com as diferenças e a respeitá-las. Mas, além disso, é também o momento em que percebem que existem outras estratégias para satisfazer suas necessidades, como agressões, xingamentos, mordidas e choros. Lidar com esse tipo de comportamento pode parecer difícil, mas é por meio de tais sinais que é possível estabelecerem a boa convivência e o respeito às regras". (As regras na educação infantil, 2016)

Independente da idade, as regras e os limites devem fazer parte da vida na sociedade desde cedo para que se possa aprender a conviver com o semelhante e o diferente entre si. Saber que o seu direito termina onde começa o direito do outro, aprender a lidar com as

divergentes situações e a resolver seus conflitos é uma constante na vida, seja em que etapa dela se vive.

Portanto, as crianças, desde bem pequenas, devem aprender a conviver com os combinados, os limites, para que não passe uma vida querendo fazer apenas o que lhe convém, tudo como se quer, na hora que se quer, do jeito que se quer, com as pessoas que se quer.

A escola, no entanto é uma forte aliada quando o assunto são as regras de convívio social, pois ela é, segundo Parolin, "uma instituição do domínio coletivo, dos grupos, das trocas, enquanto que a família é do domínio do mais reservado, do particular e do específico". Família e escola devem ser parceiras nesta construção, onde uma jamais substituirá a outra, porém será o seu complemento.

CONCLUSÃO

A partir da análise concluiu-se que inúmeros são os benefícios que a relação família-escola traz com o uso das regras sociais para alunos das series iniciais da Educação Infantil.

A conscientização do acompanhamento familiar na educação escolar das crianças, sobretudo nas etapas iniciais e a visão de parcerias que as famílias passam a incorporar a partir dos resultados no desempenho da aprendizagem de seus filhos estimulam e motiva a participação direta dos pais e responsáveis nas atividades, projetos, programas promovidos pelas escolas,

A escola por sua vez diante de boas pratica de relacionamentos com a comunidade escolar e família compreende melhor seu objeto de estudo denominado discente e passam a ser também estimulados a dar o seu melhor no relacionamento professor aluno, modificando assim seu olhar individual e coletivo em sala de aula, aprimorando sua prática, didática e sua relação estreita de afetividade para com seus alunos, pois quando suas lentes mudam a forma de ver seus alunos automaticamente os alunos mudam a forma de pensar e agir perante sociedade em que vivem. Os dados da leitura e revisão bibliográfica apontam ainda os benefícios da relação no uso das regas para os discentes supramencionados são evidentes e

favorecem a afetividade na relação com os professores alunos; benefícios estes, que geram melhores condições no desempenho dos discentes, facilita o exercício da cidadania e torna-os resilientes e mais solidários e tolerantes com o seu próximo, permitindo assim resultados de internalização conceituais de ética, respeito solidariedade, bem como aprendizados conceituais das regras bem como posturas atitudinais e procedimentais.

3.0 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As regras na educação infantil. (21 de 08 de 2016). Obtido em 27 de 07 de 2019, de pedagogia e infância: http://pedagogiaeinfancia.com.br/as-regras-na-educacao-infantil/.

CAMPANER Palangana, I. (2015). Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social. São Paulo: Summus editorial.

Constituição Federativa do Brasil. 1988.

CUNHA, J. A. Psicodiagnóstico-V. 5a. Ed. rev. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BRASIL, C., & Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 134 (248). 1996.

DESSEN, M. A., & Da costa Polonia, A. (2007). Scielo. br/Paideia. Obtido em 22 de 08 de 2019, de Scielo: www.scielo.br/paideia_

KUPFER, Maria Cristina. Freud e a educação: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989.

PAROLIN, I. C. H. I; A aprendizagem entre a família e a escola - São José dos Campos, SP: Pulso Editorial, 2016.

POLONIA, A. D. C., & Dessen, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. 2005.

TIBA, I. (2014). Educação Familiar: presente e futuro. São Paulo: Integrare Editora.

Sociedade, direito e controle social. (01 de 11 de 2010). Obtido em 23 de 07 de 2019, de Revista Âmbito Jurídico: https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-82/sociedade-direito-e-controle-social/

SOUZA, Natália Moreira de. Reflexões sobre a teoria piagetiana: o estágio operatório concreto. 2014.

Saúde e bem estar. (16 de 11 de 2018). Met Life. Obtido em 15 de 7 de 2019, de https://www.metlife.com.br/blog/saude-e-bem-estar/Como-rotinas-mais-flexiveis-podem-ajudar-no-desenvolvimento-da-crianca/

VILLELA, Fábio. C.B; Archangelo, Ana. A escola significativa e a família do aluno. São Paulo – Edições Loyola. 2017.